

2014/04/06

Ucrânia. Zona de influência russa?

Alexandre Reis Rodrigues

Pelos sinais que nos chegam da crise ucraniana, em especial da parte dos dois protagonistas externos - EUA e Rússia -, já se tornou claro que nem um nem outro querem que a situação se agrave. Isso não vai evitar, porém, que a crise se prolongue, entre altos e baixos que se irão alternando ao longo do tempo, mas sem alterações relevantes, muito menos no curto prazo.



Mesmo que Moscovo esteja a ser verdadeiro nas declarações que faz sobre não ter intenções de invadir de novo a Ucrânia, não é provável que decida brevemente a retirada dos 40000 efetivos militares russos, colocados ao longo da fronteira leste. É um elemento de pressão de que Moscovo não querará prescindir enquanto não tiver garantido os seus objetivos principais, particularmente agora que os EUA aumentaram a sua presença naval no Mar Negro.¹

A única certeza que podemos ter de momento é que a Crimeia não voltará a ser território ucraniano mas este ponto também já só é motivo de preocupação para a comunidade dos tártaros que, por muitas boas razões, não quer voltar a ficar sob a administração russa. Apesar da condenação que a anexação da península suscitou, como flagrante violação do Direito Internacional, assume-se como um facto consumado que não vai dar origem a uma resposta militar, seja da Ucrânia, seja do Ocidente.

Neste momento, não obstante os tons escuros em que a situação se mantém, ter-se-á entrado na fase de identificar o que cada lado exige da outra parte para resolver o diferendo. Há dois pontos quentes a clarificar - as ligações da Ucrânia com a NATO e a União Europeia - mas o âmago do problema, o que está na base desses dois assuntos, é a questão da "esfera de influência", que Moscovo procura recuperar ou, pelo menos, não deixar reduzir mais.

É uma questão típica de relações internacionais que, ao contrário do que alguns pretendem, não terminou com o fim da Guerra Fria. Continua a fazer parte das disputas entre grandes potências mas, no caso em apreço com uma particularidade que a torna especialmente complexa. A disputa começa dentro do País em causa, com a população dividida, em termos muito semelhantes, entre a opção de se associar à esfera ocidental ou à esfera russa. Se a vontade da população prevalecer, então o País corre o risco de acabar partilhado entre duas esferas de influência.² Por isso se tem falado, com alguma insistência, para uma solução federal, mas, para tornar isso possível, os extremos teriam que se aproximar.

¹ Segundo o MNE russo, os EUA já estão a violar a Convenção de Montreux que estabelece limites, à presença no Mar Negro de navios que não pertencem aos Países da zona.

² Há precedentes deste tipo de situação. No tempo colonial, o Irão e a Tailândia estiveram divididos, respetivamente, entre a influência do Reino Unido e Rússia e Reino Unido e França.

Em 2008, a propósito da crise na Geórgia, Kissinger³ lembrava que o facto de não advogar o apressar da entrada da Geórgia e da Ucrânia na NATO não deveria ser interpretado como apoio ao reconhecimento de uma zona de influência russa na Europa do Leste. Naturalmente, os EUA poderão sempre disputar essa influência, como recomendava Kissinger, mas isso não evita que – goste-se ou não – a influência exista e, por vezes, de forma determinante.

No entanto, no período que se seguiu imediatamente ao fim da Guerra Fria, os EUA nem precisaram de disputar o que quer que fosse. Limitaram-se a ocupar o vazio deixado pela implosão da União Soviética na sua antiga área de influência, aliás, em resposta às aspirações dos respetivos Países que, cansados do domínio soviético, queriam passar para a esfera ocidental. Os EUA fizeram exatamente aquilo que se esperava de uma grande potência com interesses globais.

O caso da Ucrânia, porém, é diferente, como se referiu atrás. Na sua metade leste, a estreita proximidade política, económica e cultural que existe com a Rússia contraria qualquer solução política de associação ao Ocidente. Infelizmente, a forma como o País se encontra dividido sobre este tema não tem sido devidamente tida em conta mesmo internamente, quer pelas lideranças ucranianas que queriam ver o País alinhado com o Ocidente (Yuschenko), quer pelos que favoreciam o desfecho contrário (Yanukovich). Externamente, esta particularidade da Ucrânia também não foi reconhecida, quer pela NATO, quer pela União Europeia, que foram sempre avançando com os seus projetos, malgrado estarem a contribuir para uma acentuação da divisão interna do País.

Hoje, porém, há um facto novo em cima da mesa: as declarações do presidente Obama afirmando que a Ucrânia não é membro da NATO devido à sua estreita e complexa relação histórica de Kiev com Moscovo. Com estas declarações, Obama está a admitir que existe uma esfera de influência russa mas falta saber, como irá, na prática, este novo posicionamento dos EUA repercutir-se sobre a postura da NATO e como se ajustará a União Europeia.

Vai demorar algum tempo a perceber o desfecho desta nova situação. Os discursos políticos, quer no campo da Aliança e europeu, quer no campo russo, vão evitar deixar transparecer as cedências que acabarão por ter que ser feitas de parte a parte, para se sair do atual impasse. Na última cimeira de ministros de Negócios Estrangeiros da NATO (1 de abril), ficou acordado que seriam tomadas medidas para reforçar as capacidades de ucranianas de garantir a sua própria segurança e decidiu-se reforçar o Gabinete de ligação da NATO em Kiev. A União Europeia também não perdeu tempo a assinar, em termos políticos, um novo Acordo de Associação com o Governo provisório da Ucrânia.

Parece que nada se alterou, à exceção da situação na Crimeia. No entanto, não será só aí que nada vai ficar como anteriormente. Só não se sabe os seus futuros contornos. Vamos ter que aguardar pela Cimeira NATO de setembro no País de Gales e pelo desfecho das eleições presidenciais de maio na Ucrânia que determinarão o seguimento do acordo com a UE.

³ "After Georgia. Finding common ground", Henry Kissinger and George Shultz, *IHT*, 1 Oct 2008.